



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Terça-feira
(20/02)**

Manchetes

Folha de S. Paulo: Governo recua e diz que não haverá mandados de prisão coletivos

O Globo: Postura de presos após morte de chefe de facção no CE reforça tese de disputa interna

Metro: Câmara aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro; entenda o que a medida significa

A Tribuna: Polícia Federal terá grupo de inteligência contra crime organizado no Rio

UOL: Comandante do Exército queixa-se de insegurança jurídica na atuação do RJ

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Aprovação da Câmara: **Metro** noticia que a Câmara dos Deputados aprovou na madrugada de terça (20) o decreto assinado pelo presidente Michel Temer que determina a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, deixando a segurança pública fluminense sob responsabilidade de um interventor militar, que responde ao presidente da República. Assim, a segurança pública do Rio sai da esfera estadual e vai para a federal, com comando militar, até 31 de dezembro de 2018. O texto foi aprovado com 340 votos a favor e 72 contra, além de uma abstenção, e agora segue para o Senado.

Mudanças na lei: **EBC** noticia que o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais se reuniu na última segunda-feira (19), em São Paulo, para debater propostas de mudanças legislativas com o objetivo de combater o crime organizado. O encontro teve a participação de chefes dos ministérios públicos estaduais e, entre as mudanças a serem propostas na lei, estão meios para facilitar a perda de bens utilizados por organizações



criminosas. Parte das sugestões foi encaminhada à comissão da Câmara dos Deputados responsável por elaborar um anteprojeto de lei para combater o tráfico de drogas e armas no país.

Governo recua: O governo federal recuou do anúncio que havia feito no final da manhã desta segunda-feira (19) e informou no início da noite que não haverá mandado coletivo de prisão na intervenção federal do Rio de Janeiro. "Me referia anteriormente a mandado coletivo de captura. Na verdade, o mandado coletivo é de busca e apreensão. Este mandado de busca e apreensão é feito pelas polícias, não é feito pelas Forças Armadas e só é feito a partir de uma ordem judicial e acompanhado pelo Ministério Público", disse o ministro da Defesa, Raul Jungmann, após reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Notícia da **Folha de S. Paulo**.

Insegurança jurídica: UOL noticia que o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, revela em suas conversas privadas uma enorme preocupação com as consequências do que chama de "insegurança jurídica" na atuação dos soldados em ações de segurança urbana - como as que serão intensificadas no Rio de Janeiro, agora sob intervenção federal. Ele declarou que os militares precisam se cercar de garantias no Rio de Janeiro, para que daqui a três décadas não tenham que se submeter a uma "nova Comissão da Verdade."

Mal interpretado: Gazetaweb noticia que o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), relatou em despacho publicado na segunda-feira (19) que o diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, negou ter interferido no inquérito que investiga o presidente Michel Temer e que foi mal interpretado por recentes declarações à imprensa. Os dois se reuniram no Supremo na tarde de segunda para tratar do assunto.

Banalização das forças: Veja faz uma análise do número de forças-tarefas criadas pelo presidente Michel Temer, ao longo de seu mandato, para conter situações emergenciais em todo o país e se coloca contra essas iniciativas, afirmando que a medida não traz benefícios notáveis para a população, além de banalizar a Força Nacional.



Remédio para ansiedade: EXAME noticia que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes declarou nesta segunda-feira, 19, que o País precisa de um “remédio” para dosar a ansiedade. Na semana passada, Mendes conversou com o diretor-geral da PF após Segovia ter declarado que não há provas contra o presidente Michel Temer nas investigações envolvendo o Decreto dos Portos e que o inquérito pode ser arquivado. “Eu tenho impressão que o ambiente está muito conturbado, o Brasil está muito agitado e ansioso”, disse o ministro sobre o caso.

Operação no Rio: As Forças Armadas iniciaram na segunda-feira, em parceria com as forças policiais do Rio de Janeiro, uma operação nas vias de acesso ao Estado para evitar a entrada de armas, drogas e munições, em uma ação que antecede a intervenção federal na área de segurança do Rio, decretada na semana passada. Ao todo, 3 mil militares de Marinha, Exército e Aeronáutica, além de homens da polícia rodoviária federal, Força Nacional de Segurança e policiais locais participam da operação. Notícia do **Extra**.

Tráfico de armas: Correio do Estado informa que a intervenção federal decretada pelo presidente Michel Temer reacendeu a discussão sobre a segurança nas fronteiras do Brasil. Nesse contexto, está à mostra que as armas e munições que alimentam as ações do crime organizado no Rio vêm do Paraguai, tendo Mato Grosso do Sul como porta de entrada e corredor.

Aposta em chefia: O ministro da Justiça, Torquato Jardim, está defendendo junto ao presidente Michel Temer o nome do general Carlos Alberto Santos Cruz, chefe da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), para assumir o novo Ministério de Segurança Pública, previsto para sair do papel nas próximas semanas. Santos Cruz comandou 12 mil militares na missão de paz no Haiti entre 2006 e 2009. Notícia do **O Globo**.



Atuação em fronteira: **G1** noticia que a Força Nacional de Segurança começou a atuar em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela, na última segunda-feira (19). Os 32 agentes da tropa federal enviados à região vão reforçar, principalmente, a faixa de fronteira entre os dois países. Agentes da Força Nacional e da Polícia Federal montaram uma fiscalização na BR-174, que liga o Brasil à Venezuela.

Grupo de inteligência: **A Tribuna** informa que a partir de semana que vem, a Polícia Federal começará a recrutar policiais federais para integrar uma equipe de operação de inteligência no Estado. A ação, batizada de União Rio, vem sendo estruturada desde dezembro do ano passado e pretende integrar as informações de inteligência produzidas pelas forças de segurança com foco no combate ao tráfico de drogas, armas e roubo de carga.

Reunião de planejamento: **O Povo** noticia que a força-tarefa enviada ao Ceará pelo Ministério da Justiça passou, na segunda-feira (19), por reuniões com representantes da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Os encontros envolveram representantes da Força Nacional, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O secretário adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJSP, Alexandre Mota, destacou que a iniciativa de trazer a força-tarefa para o Ceará decorre de solicitação do governador Camilo Santana, que pediu apoio na área técnica de inteligência e investigação.

Discurso em votação: Em discurso que abriu a ordem do dia para votar o decreto federal, o deputado afirmou que, "infelizmente, essa intervenção torna-se urgente e necessária porque o poder estadual exauriu sua capacidade para impor a autoridade". Para ele, o governo do Rio de Janeiro "sucumbiu à desordem". Membros da oposição, entretanto, classificaram o discurso como de "campanha eleitoral" e "hipócrita". Notícia do **UOL**.



Sistema Prisional

Disputa interna: Segundo investigadores ouvidos pelo **O Globo**, a conduta de integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em não fazer orações após a morte de Gegê do Mangue, considerado o número um da quadrilha nas ruas, reforça a tese de que o assassinato foi consequência de uma disputa interna entre as lideranças da facção e que Gegê não era mais considerado um dos chefes da organização. Segundo o procurador Márcio Sérgio Christino, autor de "Laços de Sangue: a história secreta do PCC", apesar de significativa, a morte de um dos principais dirigentes da organização não deve deflagrar uma guerra dentro do grupo. O procurador explicou que, em geral, as mortes dentro da alta cúpula tendem a ocorrer quando uma mudança já está definida. De acordo com o procurador, já se percebia algum tipo de estresse entre as lideranças.

Explosivos: **G1** noticia que explosivos foram usados na madrugada de segunda-feira (19) em uma tentativa de fuga do presídio de Anápolis, a 55 km de Goiânia. A detonação abriu um buraco embaixo de uma das guaritas da cadeia, que teve também parte das vidraças destruídas. O policial militar que estava de plantão atirou contra detentos que tentavam deixar o local. Ninguém ficou ferido.

Inspeções na PEC: A juíza Claudia Spinassi, da Vara de Corregedoria dos Presídios de Cascavel, emitiu um despacho no qual determina uma série de providências a órgãos do Executivo estadual e municipal para que a Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC) possa funcionar de forma segura e salubre. No despacho, a magistrada alerta que caso as determinações não sejam cumpridas dentro dos prazos determinados, poderá interditar a unidade. Notícia do **CGN**.